

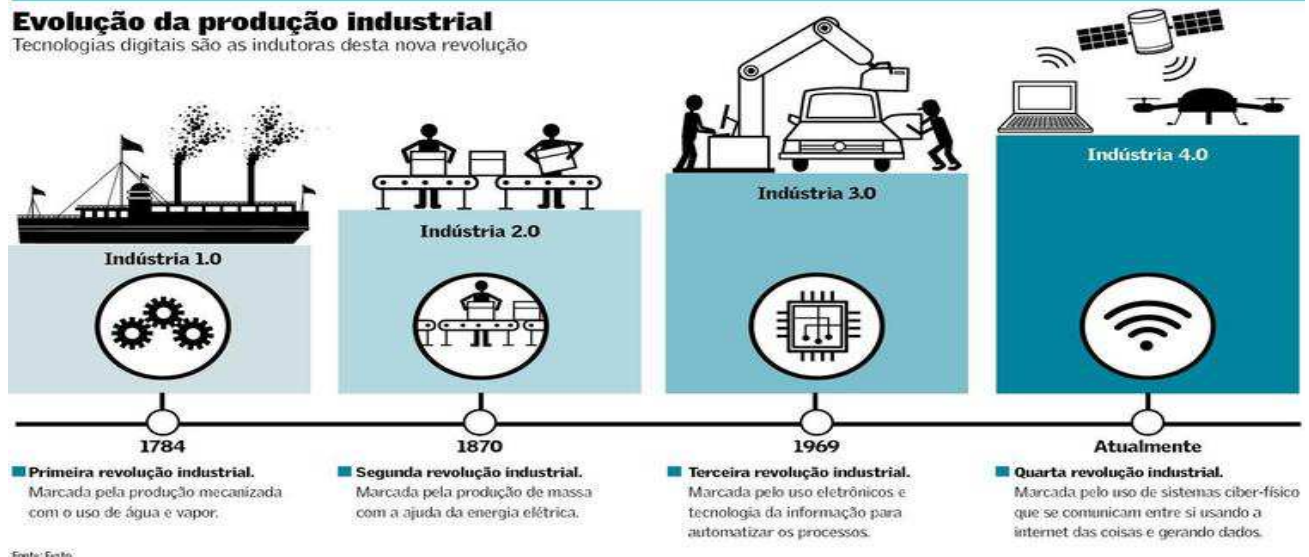
'Indústria 4.0' abre novo leque de receitas

Por Renato Rostás e Tatiana Schnoor

Em busca de produtividade e competitividade no mercado internacional, o Brasil tem um grande desafio pela frente, de dar o salto tecnológico para a chamada "indústria 4.0". Mas o cenário traz oportunidade adicional para as indústrias: oferecer serviços relacionados à digitalização de máquinas e equipamentos. A chamada indústria 4.0 ou manufatura avançada é o uso de um conjunto de tecnologias digitais como internet das coisas, computação em nuvem, realidade aumentada, "big data", manufatura aditiva, robôs colaborativos, integração de sistemas e segurança cibernética, de forma isolada ou em conjunto, nos processos produtivos ou cadeias de serviços. A adoção das tecnologias cria ambiente ciber-físico, em que máquinas e sistemas conversam entre si para tornar linhas de produção autônomas, flexíveis e customizáveis.

Evolução da produção industrial

Tecnologias digitais são as indutoras desta nova revolução



O problema é que, para especialistas, a maioria das indústrias brasileiras ainda sofre para chegar à terceira revolução industrial, do "toyotismo", que começou a introduzir a automação e a produção sem desperdícios. A boa notícia é que a transição pode ser feita diretamente, opinam, tornando exponenciais os ganhos de receita para as fornecedoras, de redução de custos para as fábricas e de crescimento da economia.

INFORME

No Brasil, a WEG, especialista em equipamentos elétricos, já começou a usar o processo digital e agilizou o monitoramento. A empresa até criou um software proprietário para isso e hoje tem uma unidade dedicada ao assunto, chamada "WEG Manufacturing System". "Eu não ia começar a investir se não desse retorno", diz Milton Castella, diretor de engenharia da companhia, que tem atuação no país e no exterior. "Achamos que não haverá só um modelo de negócios, será um híbrido entre venda de produtos e de serviços", afirma Sebastião Nau, gerente de pesquisa e desenvolvimento da WEG. "Se não fizermos, outro vai fazer."

A consultoria McKinsey calcula que adotar práticas 4.0, como monitoramento digital em tempo real e tomada de decisões com inteligência artificial - usando dados históricos da fábrica como base - pode reduzir as despesas administrativas de quem as utiliza em até 80%. A produtividade, por sua vez, pode subir 30%. Mas, para que isso aconteça, as fabricantes de máquinas terão de avançar no desenvolvimento de softwares e prestação de serviços para que as empresas possam se adaptar. "Isso cria inclusive um novo paradigma para a indústria, que é o tipo de mão de obra empregada. Se continuar como está, a massa trabalhadora pode estagnar em 2050 e haver um descompasso entre oferta e trabalho e mão de obra, diz Rafael Oliveira, sócio-associado da consultoria.

Björn Hagemann, sócio da McKinsey, ressalta que as empresas também precisam se preocupar com a segurança da informação e investir no conhecimento dessas tecnologias e ferramentas. Ele afirma que é essencial garantir que os incentivos governamentais anunciados recentemente, de R\$ 5 bilhões a R\$ 9 bilhões, sejam bem empregados. "Podemos ter três anos, por exemplo, de baixo desenvolvimento se os recursos não forem bem gerenciados e estrategicamente executados."

Lá fora, as companhias estão buscando com maior entusiasmo a digitalização do processo fabril. Estudo da consultoria mostra que, só de 2016 para 2017, o interesse por processos com tecnologia subiu consideravelmente. O Japão, por exemplo, passou de apenas 8% de executivos entrevistados que estavam otimistas para 40%. A Alemanha foi de 19% para 62%. "Temos muitos exemplos de países com incentivo, como Alemanha, Estados Unidos, Japão e China, por exemplo", diz Hagemann.

Aidan Quilligan, líder global da consultoria Accenture no assunto, explica que o maior desafio até agora é conseguir escala nesses processos. Muitas empresas adotaram unidades-piloto para guiar desde pequenos a grandes projetos, mas não descobriram como implantar a tecnologia em todas as fábricas. O processo de digitalização pode ser menos custoso e mais assertivo se iniciado pela modernização do maquinário. "O retrofit, com a inserção de sensores ao redor das máquinas já existentes, é o melhor caminho dependendo do tamanho da indústria para ganhar eficiência e produtividade", diz.

INFORME

Em pesquisa global, de 2017, incluindo Brasil, com quase mil executivos de 12 indústrias, a consultoria identifica as tecnologias mais críticas na transformação digital dos setores produtivos. Os investimentos com internet das coisas (IoT, na sigla em inglês) se destacam. A identificação das tecnologias prioritárias para se inserir neste cenário indústria 4.0 é algo mais tangível nas companhias de economias mais avançadas, segundo dados da pesquisa global da Deloitte, com 1.600 executivos, incluindo do Brasil, de diversos setores. "Aqui no país, algumas empresas estão atrasadas do ponto de vista do uso dessas tecnologias para melhoria de eficiência, muito em função de falta de investimentos por conta da crise financeira", destaca Ronaldo Fragoso, sócio da consultoria Deloitte.

Como a tecnologia é a principal indutora das transformações nos setores produtivos e nas cadeias de serviços, 44% dos 102 executivos brasileiros já enxergam mudanças em seus modelos de negócios. Para 39% dos executivos brasileiros, a tecnologia é vista como grande diferencial competitivo, sendo que para 29%, a tecnologia não é um determinante atual de eficiência de seus profissionais.

João Alfredo Saraiva Delgado, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), diz que o salto tecnológico para colocar os negócios no rumo da transformação digital exige, no entanto, um passo anterior para garantir a identificação correta da adoção de novas tecnologias e maquinário. "Como ganhar eficiência, produtividade e implantar novas tecnologia se os processos estão defasados ou incorretos? É preciso revê-los sob a ótica da manufatura enxuta, o lean manufacturing", diz, citando como é mais conhecida, em inglês, a filosofia de gestão empenhada em reduzir ao máximo os desperdícios da fábrica.

Para João Carlos Visetti, presidente da unidade brasileira da multinacional alemã Trumpf, é uma questão de definir se o Brasil quer ou não ter vocação industrial para competir no mundo. "As empresas vão precisar investir, mas para isso precisam começar a reduzir endividamento e enfrentar um financiamento que não é mais tão barato. Se não alcançarmos essa produtividade melhor, o país pode ficar para trás", opina.

Visetti comenta que, para acumular dados necessários e implantar os processos de integração e inteligência artificial, será essencial criar um "intercâmbio de informações" entre as fábricas, mas cuidando da segurança. "A ironia é que o que era sinônimo de sucesso no passado hoje pode não significar nada, motivo pelo qual alguns funcionários inicialmente são contra os conceitos", afirma Quilligan, da Accenture. "A Alemanha e o Japão, por exemplo, têm um orgulho enorme de seu histórico industrial, mas isso pode acabar jogando contra pelo conhecimento adquirido de como era o processo antes. Um dos maiores fatores de sucesso é juntar profissionais de tecnologia, de internet das coisas, e os operários, com plena experiência industrial."

INFORME

O que é mais valorizado nas ofertas de emprego

Por Letícia Arcoverde

Na hora de decidir mudar de emprego, o que mais conta para profissionais em início de carreira é o bolso, enquanto coordenadores e gerentes dão peso também aos desafios do trabalho, e altos executivos privilegiam aspectos como o clima e a cultura da empresa. Em todos os níveis, o setor de atuação e o porte da empresa são pouco considerados. Os dados são de um levantamento da empresa de recrutamento Talenses, feito com mais de 2.500 profissionais. Para analistas, a combinação salário e bônus foi o elemento mais escolhido como importante na hora de decidir por um emprego, citado por 84% dos entrevistados. O fator foi seguido de perspectivas na carreira (80%), ambiente e clima organizacional (76%) e benefícios (75%). O ponto que mais distanciou os profissionais em início de carreira de outros estágios de vida foi a flexibilidade de horários, sexto elemento preferido entre os mais jovens, com 68% das escolhas - o mesmo acontece com 59% dos profissionais de média gerência e 50% dos altos executivos.

Luiz Valente, CEO do Grupo Talenses, vê essa importância como influência da idade. "Um dos elementos que evidencia a geração Y da anterior é executar múltiplas tarefas ao mesmo tempo. Por terem essa possibilidade de lidar com vários assuntos ao mesmo tempo eles querem que as organizações sejam tão flexíveis quanto eles", diz Valente. Os profissionais de cargos de coordenação e gerência ouvidos pela pesquisa dão valor igual a remuneração e perspectiva de carreira (82%, cada), seguidos do clima organizacional e dos desafios do emprego (81%, cada). Para Valente, nesse nível entra uma maior consciência da necessidade de autodesenvolvimento, o que se traduz no desejo por desafios. "Se hoje não tenho um projeto interessante, uma história para contar, isso pode me afetar em termos de crescimento profissional", diz.

Entre os executivos, como diretores, vice-presidentes e CEOs, o clima organizacional é o que mais conta (67%), seguido dos desafios e da cultura da empresa (62%, cada). Aparece com mais força também a perspectiva do negócio (58%), para só em quinto lugar vir o combo salário e bônus (57%). Em todos os níveis, o porte e o setor de atuação da empresa são os elementos considerados relevantes por menos entrevistados - cerca de um terço no caso dos analistas e da média gerência, e ainda menos para presidentes. Vinte e um por cento deles consideram o setor um fator importante enquanto 17% levam em conta o tamanho da companhia.

Na opinião de Valente, isso demonstra certa falta de visão de plano de carreira, de entender com mais profundidade quais setores mais atraem o trabalhador e por quê. "É preciso encarar uma oportunidade não só como um emprego, mas como parte de um projeto de vida", diz.

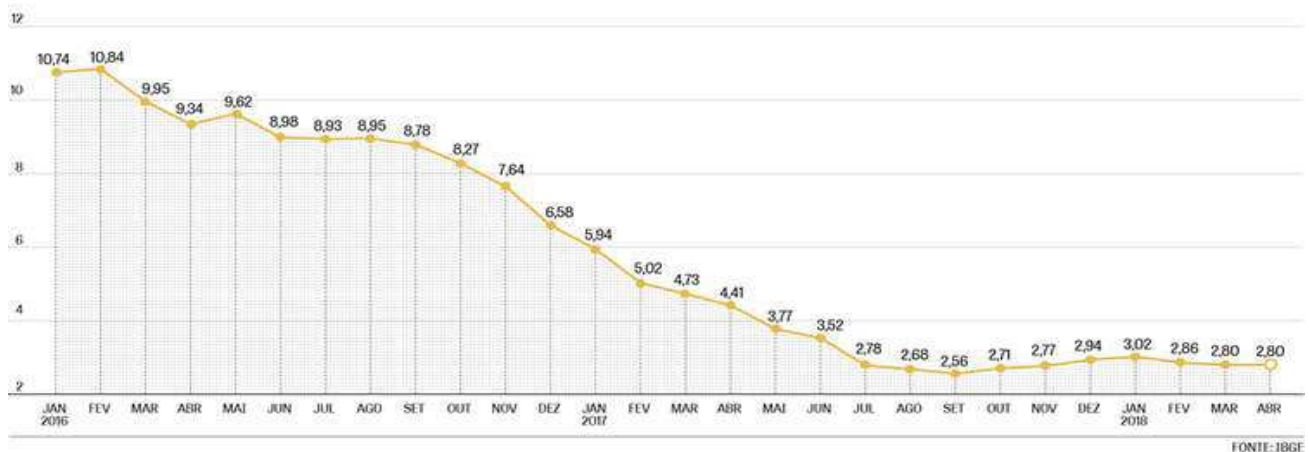
(Fonte: Valor Econômico – 23/04/2018)

Inflação da baixa renda ficará menor do que a dos ricos ao longo de 2018

O IPCA está em 2,86%, mas os índices das famílias mais humildes rodam perto de 1,5%, devido ao peso maior dos alimentos na cesta de produtos; desemprego, porém, impede alta de rendimentos

MENOR NÍVEL

Trajetória do IPCA-15 no acumulado em 12 meses ▶ Em %



PAULA SALATI • SÃO PAULO

A inflação do País segue controlada, mas a cesta de produtos para as famílias mais pobres deve continuar mais em conta do que para as mais ricas. Apesar disso, o elevado nível de desemprego tem limitado os ganhos na renda nas camadas mais baixas.

No acumulado em 12 meses até março, os preços para os consumidores que ganham menos de cinco salários mínimos estão menores do que a inflação dos que ganham acima. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – que contempla famílias com renda mensal de um a cinco salários mínimos – registra alta de 1,56%, enquanto a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), está rodando a 2,86%.

Os dois indicadores são calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), por sua vez, produz o Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1), que mede a inflação das famílias com renda abaixo de 2,5 salários mínimos. Essa pesquisa mostra que, em 12 meses até março, os preços para essa faixa estão com elevação de 1,45%.

INFORME

O pesquisador do Ibre-FGV André Braz avalia que a inflação continuará menor para os mais pobres do que para as camadas mais altas, ao longo de todo ano de 2018. Isso porque os alimentos, que têm sido a principal âncora da inflação baixa no Brasil, são os produtos que mais pesam na cesta das famílias mais humildes. “Quanto menos se ganha, mais se compromete o orçamento com a alimentação”, ressalta Braz.

“A oferta de alimentos tem se mantido regular e a taxa de câmbio não está produzindo nenhum efeito negativo nesses produtos. Então, considerando que há uma estabilidade cambial e que temos safras agrícolas robustas, tanto domésticas quanto internacionais, vemos um cenário bastante promissor para a alimentação em 2018”, acrescenta Braz.

O pesquisador do Ibre comenta que a prévia da inflação de abril, medida pelo IPCA-15, continua indicando um quadro bastante controlado para a inflação, em decorrência dos bons preços dos alimentos. O IPCA-15 deste mês, divulgado na última sexta-feira registrou alta de 0,21%, menor taxa para abril desde 2006, quando o índice registrou 0,17%. No ano, a elevação de preços ficou em 1,08%, menor nível para o período janeiro-abril desde a implantação do Plano Real. Já no acumulado em 12 meses, a alta foi de 2,80%, taxa igual ao período imediatamente anterior.

Ainda na prévia de abril, o grupo Alimentação e Bebidas apresentou variação positiva de 0,15% no mês; de 0,98% no ano e deflação de 1,63% nos últimos 12 meses. Braz pondera que o transporte público, que registra aumento de 2,52% em 12 meses até março no INPC, também pesa na cesta da baixa renda, mas que a alimentação tem compensado as elevações de tarifas de ônibus.

Serviços

Já a cesta de produtos dos mais ricos ficará mais pressionada, principalmente pelos planos de saúde e pelos serviços de educação, como escolas particulares, os quais, lembra Braz, avançaram acima da inflação nos últimos três anos. Somente os planos de saúde cresceram cerca de 13% em 2015, 2016 e 2017. Nesse período, o IPCA variou 10,67%, 6,29% e 2,96%, respectivamente. O pesquisador do Ibre destaca ainda que as escolas particulares já subiram 7% neste ano. As tarifas públicas, como água e luz, que também subiram no último período, são outros fatores que impactam a inflação das famílias de alta renda, pois, quando mais ricas, mais aparelhos eletroeletrônicos as pessoas possuem em casa, o que encarece as contas de energia elétrica e de água.

No entanto, devido ao elevado nível de desemprego, a inflação baixa ainda não consegue promover ganho na renda dos pobres, que estão com o poder de barganha reduzido. Os que estão ocupados, com medo de perder emprego, não pedem aumento de salário.

INFORME

País registra abertura de vagas

DA REDAÇÃO • SÃO PAULO

O primeiro trimestre deste ano terminou com abertura de vagas formais em todo o País. A maioria dos setores criou novos postos de trabalho em março, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Conforme a divulgação feita, na última sexta-feira (20), pelo Ministério do Trabalho, o mês passado registrou a abertura de 56.151 vagas no Brasil, um aumento de 0,15% em relação ao estoque de fevereiro. O resultado é decorrente de 1.340.153 admissões e de 1.284.002 desligamentos.

Com relação aos setores, seis dos oito principais setores econômicos tiveram saldo positivo. O principal deles foi o de Serviços, com a criação de 57.384 novos postos de trabalho, crescimento de 0,34% sobre o mês anterior.

A Indústria de Transformação foi o segundo setor com melhores resultados (+10.450 postos), com um acréscimo de 0,14% sobre fevereiro.

O terceiro melhor resultado ficou com a Construção Civil (+7.728 postos), seguido do setor da Administração Pública (+3.660 postos), Extrativa Mineral (+360 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) (+274 postos).

Apenas dois setores apresentaram saldos negativos: Agropecuária (-17.827 postos) e Comércio (-5.878 postos).

Por região, das cinco brasileiras, três apresentaram mais admissões do que fechamento de vagas. O melhor desempenho foi no Sudeste, que teve um acréscimo de 46.635 postos. O Sul teve aumento de 21.091 postos formais, seguido do Centro Oeste, que criou 2.264 novas vagas. Os desempenhos negativos foram registrados no Norte (-231 postos) e no Nordeste (-13.608 postos).

“Nosso Brasil segue a rota da retomada do crescimento, com mercado aquecido e a certeza de que estamos no rumo certo. O trabalho continua e hoje é mais um grande dia, pois esses resultados confirmam nossa expectativa”, avalia o ministro do Trabalho, Helton Yomura.

(Fonte: DCI – 23/04/2018)

Emprego com carteira assinada volta, mas com baixa qualificação

Empresas estão em busca de profissionais 'bons e baratos', mostra pesquisa da CNC

Daniela Amorim e Vinícius Neder, O Estado de S.Paulo

RIO - Depois de três anos de queda, a geração de empregos formais deve voltar a ser positiva no País em 2018. Esse crescimento, no entanto, ainda se dará por meio de vagas que exigem uma qualificação mais baixa – mas que, em geral, são ocupadas por candidatos com nível de escolaridade maior. As empresas estão em busca de profissionais 'bons e baratos'.

É o que mostra um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), feito a pedido do *Estadão/Broadcast*. O levantamento traça um perfil das vagas geradas no ano passado. As profissões que mais absorveram empregados em 2017 estavam na atividade industrial e nos serviços. E, em geral, foram funções que exigiam pouca qualificação, como alimentador de linha de produção, faxineiro, atendente de lojas e mercados, embalador a mão, auxiliar de escritório e repositor de mercadorias.

Os candidatos selecionados para essas vagas tinham um perfil bem específico: homens jovens, com até 24 anos de idade, e nível de escolaridade mais elevado, com pelo menos o ensino médio completo.

“As empresas estão com um poder de barganha enorme para escolher o bom e barato. O bom é o qualificado, e o barato é o jovem”, explicou Fabio Bentes, chefe da Divisão Econômica da CNC, responsável pelo levantamento.

Carteira assinada. Quem conseguiu se reposicionar, no entanto, não vê motivos para reclamação. O técnico em mecatrônica Rherison Walter Brandão da Silva, de 29 anos, por exemplo, aproveitou a recuperação da indústria automobilística para retornar ao setor no ano passado. Foi contratado como operador de logística na fábrica da Nissan, em Resende, no lado fluminense do Vale do Paraíba, onde está o polo automotivo do Estado do Rio.

Silva já havia trabalhado, por dois anos, em outra fábrica da região – onde há plantas da PSA Peugeot Citroën e da MAN Latin America. Em 2012, foi demitido, quando a unidade em que trabalhava encerrou o terceiro turno. Desempregado, foi obrigado a trancar a

INFORME

faculdade de administração, na Universidade Estácio de Sá, e procurar trabalho em outra área.

Agora, Silva está otimista na retomada da carreira na indústria. Com o novo emprego, o técnico, que vinha ganhando a vida instalando câmeras de segurança e portões eletrônicos, destrancou a faculdade e vai se formar no fim deste semestre. O salário na Nissan pesou menos do que a perspectiva de crescer na empresa. “Eu ganhava mais, porém, com os benefícios que tenho aqui, acaba que fica a mesma coisa. A questão do futuro influenciou muito”, disse Silva, que também já está fazendo curso de inglês.

Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é natural que trabalhadores que foram demitidos durante a crise retornem ao mercado em funções menos qualificadas ou com salários mais baixos. “É preciso esperar até que a conjuntura econômica esteja mais favorável para conseguir se recolocar da forma que você deseja”, afirmou Azeredo.

Projeções. Nos últimos três anos, a destruição de empregos com carteira assinada no País foi enorme: 1,5 milhão de vagas a menos em 2015, 1,3 milhão em 2016 e 20 mil no ano passado. Para este ano, a CNC estima que o mercado de trabalho formal registre um saldo positivo de cerca de 600 mil vagas. Mas, segundo Bentes, o padrão de 2017, com foco na baixa qualificação, ainda deverá se manter.

Carteira assinada

Emprego formal na saída da crise

Durante a crise, de 2015 a 2017, o mercado de trabalho **fechou 2,882 milhões** de postos formais de trabalho

**1,327
milhão**
EM 2016

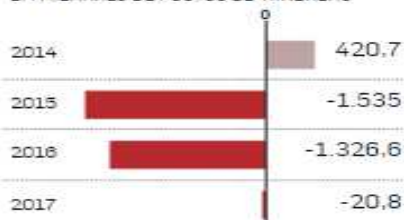
**20,8
mil**
EM 2017

Postos formais de trabalhos fechados

Saldo entre contratações e demissões*

Total

EM MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO



Homens

EM MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO



Mulheres

EM MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO



INFORME

Em 2017, por faixa etária

EM MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO

Até 17	171,2
De 18 a 24	652,7
De 25 a 29	-5,0
De 30 a 39	-187,5
De 40 a 49	-206,6
De 50 a 64	-379,9
65 ou mais	-65,7
Total	-20,8

Em 2017, segundo o grau de instrução

EM MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO

Analfabeto	-0,8
Até 5ª série incompleta	-39,4
5ª série compl. até fundamental	-57,7
6ª a 9ª série do fundamental	-91,8
Fundamental completo	-139,5
Médio incompleto	-54,1
Médio completo	302,9
Superior incompleto	24,2
Superior completo	35,4
Total	-20,8

As profissões que mais geraram vagas

EM MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO, EM 2017

Alimentador(a) de linha de produção	90,3
Faxineiro(a)	34,3
Atendente de lojas e mercados	26,9
Embalador(a), à mão	26,6
Auxiliar de escritório, em geral	23,2
Repositor(a) de mercadorias	21,5
Trabalhador(a) no cultivo de árvores	20,7
Auxiliar nos serviços de alimentação	18,8
Recepcionista, em geral	18,2
Atendente de lanchonete	16,8

*Postos com carteira assinada; saldo negativo significa fechamento de vagas;

ESTADÃO

Fonte: CNC, com dados do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) também tem perspectivas positivas para o ano: estima que sejam criadas aproximadamente 500 mil vagas com carteira. “Será um ano de recuperação do emprego formal, mas, possivelmente, o aumento será ainda maior nas ocupações informais”, disse Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Ibre/FGV. No ano passado, de acordo com dados do IBGE, a maior parte das vagas de emprego criadas no Brasil foram no mercado informal.

País cria 56 mil vagas em março, melhor resultado para o mês desde 2013

Apesar de positivo, o desempenho do mês passado foi inferior às contratações líquidas registradas em fevereiro

Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA- O emprego com carteira assinada voltou a crescer, pelo terceiro mês consecutivo, em março. O Brasil abriu 56.151 vagas de trabalho formal no mês passado, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho. Foi o melhor resultado para o mês desde 2013.

INFORME

Apesar de positivo, o desempenho do mês passado foi inferior aos resultados registrados em fevereiro (65.058 vagas) e janeiro (82.855 vagas), já considerando o ajuste nos resultados desses meses. Mesmo assim, o presidente Michel Temer usou o Twitter para comemorar o resultado. “O Brasil não para de criar empregos com carteira assinada”, escreveu. “O Brasil voltou e está mais forte. Os empregos voltaram. Fruto da política econômica e social que adotei e que não pode sofrer retrocessos.”

Na avaliação de Fábio Romão, economista da LCA Consultores, a perda de ritmo da geração de emprego é um reflexo da retomada mais lenta da economia que o esperado pelos analistas. “A avaliação é de que os sinais parecem cada vez mais claros de que o ritmo de retomada da atividade é mais gradual do que se imaginava”, disse.

O analista verificou uma melhora do emprego formal no ano na comparação com o ano passado: “Sabemos que, em 2017, boa parte dessa retomada gradual se deu pela informalidade. Agora, está passando a melhorar o formal, mas é muito gradual.” A LCA manteve a projeção de criação de 800 mil a 1 milhão de vagas formais neste ano. O governo, porém, vem trabalhando com números bem mais otimistas. Em janeiro, o então ministro da Fazenda Henrique Meirelles estimou a criação de 2,5 milhões de vagas formais.

Quem puxa. O resultado de março foi puxado pelo setor de serviços, que gerou 57.384 postos formais, e pela indústria de transformação, que abriu 10.450 novas vagas com carteira assinada.

Em seguida, tiveram desempenhos positivos a construção civil (7.728 vagas), a administração pública (3.660), a extração mineral (360) e os serviços industriais de utilidade pública (274). Por outro lado, tiveram saldo negativo a agropecuária (17.872 postos) e o comércio (5.878).

Já o salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada teve alta real de 1,07% em março ante fevereiro, para R\$ 1.496,58. Na comparação com o mês de março do ano passado, houve alta de 2,26%.

O maior salário médio de admissão em março ocorreu na extração de minério, com remuneração de R\$ 2.120,71. Na sequência aparece a administração pública, com R\$ 2.029,52. Já o menor salário médio de admissão no mês passado foi registrado na agropecuária, com R\$ 1.264,23.

COLABORARAM DANIEL WETERMAN E CAIO RINALDI

INFORME

90% dos acordos superam a inflação

Reajuste real médio foi de 0,9% para os acordos salariais fechados no 1º trimestre

Márcia De Chiara, O Estado de S.Paulo

O recorde de baixa da inflação neste início de ano ajudou o trabalhador na hora de fechar os reajustes salariais.

Quase 90% das negociações no primeiro trimestre tiveram ganhos acima da inflação. Não se via número tão grande de categorias com reposição integral das perdas provocadas pela inflação desde 2014.

Isso é o que aponta um levantamento, feito a pedido do 'Estado', pelo Projeto Salariômetro da Fipe, com base nos dados do Ministério do Trabalho.

Apesar de o desemprego continuar elevado, com mais de 13 milhões de brasileiros sem trabalho, a situação de quem está empregado é mais favorável neste momento porque a inflação está baixa.

Nos últimos dez anos, foi a primeira vez que houve a combinação de inflação baixa com reposição real de salários. "É uma situação inédita e o melhor dos mundos", afirma Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia da USP e coordenador do Salariômetro.

Hoje, diz ele, os reajustes reais não são muito altos, mas a inflação está muito baixa. Isso evita a corrosão dos ganhos a partir do momento que o trabalhador recebe o salário.

No primeiro trimestre, a inflação média acumulada em 12 meses pelo INPC, que baliza os reajustes salariais, foi de 1,9%. Os quase 800 reajustes fechados no período tiveram ganho real de 0,9%, em média, aponta o estudo.

Com a inflação baixíssima, os trabalhadores agora estão numa situação privilegiada, diz o economista. Isto é, eles conseguem ganhos reais nos reajustes e não perdem o poder de compra do salário porque a tendência é de a inflação continuar em baixa.

Marcio Antonio Vieira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha e Pneumáticos de São José do Rio Preto e Região, conseguiu negociar um reajuste salarial de 6% em fevereiro com dez empresas de beneficiamento de borracha natural.

INFORME

Esse aumento representou um ganho real – descontada a inflação – de 4%. “Foi um grande feito”, diz. No ano passado, o sindicato conseguiu um aumento de 8%. Mas como a inflação era de quase 6%, o ganho real foi bem menor, de 2%.

Com inflação baixa, os empregadores podem se dar ao luxo de dar um pouquinho mais, porque esse reajuste não pesa tanto nos custos e o repasse é mais tranquilo, diz Fábio Romão, economista da LCA Consultores.

Flexibilidade. Apesar do ganho real maior no salário, Vieira conta que teve de ser mais flexível com as empresas para conseguir fechar os acordos. “Criamos banco de horas e prêmio por assiduidade porque as faltas prejudicam a produção na época da safra do látex.”

Clemente Ganz Lúcio, diretor do Dieese, diz que, neste momento, algum ganho real de salário nas negociações pode ser decorrente de uma maior flexibilização em algum benefício. “É provável que isso esteja acontecendo na negociação.”

Ele explica que, depois da reforma trabalhista, são os empregadores que estão indo para as negociações com uma pauta que prevê a redução de direitos dos trabalhadores.

Mas, na sua avaliação, os ganhos reais nos reajustes decorrem principalmente de arredondamento. “Creio que seja arredondamento mesmo por conta da baixa taxa de inflação e provavelmente negociações mais duras.”

Fábio Fortes, superintendente do Sindicato dos Trabalhadores em Sociedades Cooperativas do Estado de Minas Gerais, relata a dificuldade enfrentada para negociar o reajuste para os 15 mil empregados em 200 cooperativas de crédito que acabou resultando num aumento de 3,3% nominal e de 1,24%, descontada a inflação.

“Foi o maior reajuste real em dez anos”, diz.

A data base da categoria é novembro, mas o acordo só foi fechado em janeiro, após dez reuniões tensas.

(Fonte: Estado de SP – 23/04/2018)

DECISÕES

Valor
ECONÔMICO

Lei do Estágio

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou improcedente reclamação trabalhista ajuizada por um grupo de estagiários da Procuradoria da União no Ceará que pretendia a aplicação da nova Lei do Estágio (Lei 11.788/2008) aos contratos celebrados antes de sua vigência. Por unanimidade, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) deu provimento a embargos da União com o entendimento de que os benefícios previstos na nova lei valem estritamente para os novos contratos de estágio (E-RR-40000-68.2009.5.07.0014). A reclamação trabalhista foi ajuizada em fevereiro de 2009. Contratados na vigência da Lei 6.494/77, os estagiários pretendiam receber benefícios como auxílio-transporte, férias remuneradas e carga horária reduzida em período de prova, direitos garantidos na nova lei. A Procuradoria seguiu, na época, orientação normativa expedida pelo Ministério do Planejamento que vedava a aplicação da nova lei aos estagiários contratados na vigência da lei antiga. Para os estudantes, houve discriminação por parte da administração, "como se os estagiários mais antigos tivessem menos direitos que os demais".

(Fonte: Valor Econômico – 23/04/2018)

14